

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Alexandre de Moraes restringiu visitas

Bolsonaro não poderá receber políticos em casa

Ao conceder prisão domiciliar provisória a Jair Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, incluiu uma limitação que atrapalha a vida política do ex-presidente em um ano eleitoral.

O magistrado proibiu a visita de pessoas que não sejam da área de saúde, advogados ou parentes diretos do preso. Ou seja, apenas os políticos da família poderão conversar com o Bolsonaro durante os três meses previstos para a duração inicial do benefício.

Moraes foi buscar na literatura médica a justificativa para a medida. Em sua decisão, citou livros de medicina que estabelecem o prazo de até 90 dias para a recuperação total de pacientes idosos que tiveram pneumonia.

Risco de sepse

Relator dos processos que geraram condenações de acusados de tentativa de golpe, o ministro afirmou que a permanência do ex-presidente em ambiente com menor número de pessoas diminuirá a possibilidade de e evitará “o risco de sepse”.

Ele também vetou “qualquer visita a outro morador da casa está, igualmente, vedada”. Só poderá ocorrer com autorização judicial específica.

Valter Campanato/Agência Brasil



Ex-presidente recebeu muitos políticos na cadeia

Romaria

Na decisão que tirou Bolsonaro da Papudinha e permitiu sua ida para casa, Moraes listou os nomes de todos os que estiveram com ele desde sua transferência para lá, em 15 de janeiro.

A relação inclui nomes de diversos políticos, entre eles, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), cinco senadores, cinco deputados federais e um ministro do Tribunal de Contas da União, Jorge Oliveira.

Ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Oliveira foi indicado para o TCU pelo próprio Bolsonaro.

Michelle prejudicada

A proibição de visitas também atrapalhará a campanha eleitoral da mulher do ex-presidente, Michelle Bolsonaro, pré-candidata ao Senado.

Para se reunir com correligionários e definir detalhes de sua busca por votos, ela terá que ir pra rua. Em casa, só poderá ter reuniões políticas com o marido e os três enteados que vivem no Brasil.

Plantão médico

Moraes ressaltou que, em seus 56 dias de Papudinha, Bolsonaro recebeu 206 visitas médicas — média de 3,6 por dia. Em 4 de fevereiro, ele esteve oito vezes com esses profissionais: às 06h32, 10h14, 14h02 (dois ao mesmo tempo), 17h02, 17h11, 17h28 e 20h01. Mais de uma vez, recebeu cinco médicos num dia.

Médicos do DF

Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), não deixou faltar atendimento médico ao aliado. O ex-presidente recebeu uma atenção de fazer inveja aos demais moradores da capital federal. Profissionais da Secretaria de Saúde estiveram 113 vezes com Bolsonaro — média de duas vezes ao dia.

Os Caiado

A família Caiado também marcou presença nos cuidados com Bolsonaro. Além do cardiologista Brasil Caiado e do psicólogo Ricardo Caiado — ambos primos do governador de Goiás, Ronaldo Caiado —, o preso foi atendido pelo fisioterapeuta Kleber Caiado. Em uma das visitas, Ricardo foi registrado como médico.

Definição

Manda-chuva do PT fluminense, o prefeito de Maricá, Washinton Quaquá, descartou qualquer dúvida sobre o apoio do partido na eleição indireta para o cargo de governador-tampão do estado. Diz que ficará com o deputado Chico Machado (Solidariedade) se ele vier mesmo a ser escolhido por Eduardo Paes (PSD).

Vale tudo

Machado é bolsonarista e tem ligações com presidente afastado da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil). “O importante é ganhar”, justifica Quaquá. Apoiado pelo PT, Paes, pré-candidato ao governo do Rio na eleição direta de outubro, teme o uso da máquina estatal pelos adversários.

Contradição

O processo de escolha de quem cumprirá o mandato-tampão no Rio promete dar confusão. A Constituição do estado prevê eleições indiretas caso a vacância no cargo ocorra nos dois últimos anos do mandato. Já o Código Eleitoral fala em eleições diretas se faltarem mais de seis meses para o fim do mandato.



Celeridade de Carmen Lúcia ao caso chamou a atenção

Maioria do TSE condena Cláudio Castro a inegibilidade

Placar de 5 a 2 deixa o político, que deve recorrer, inelegível até 2030

Por Marcelo Perillier

O julgamento sobre atitudes ilícitas da chapa vencedora nas eleições do estado do Rio de Janeiro em 2022, encabeçada por Cláudio Castro e tendo como vice Thiago Pampolha, envolvendo a Fundação Ceperj, foi retomado nesta terça-feira (24), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o voto do ministro Kássio Nunes Marques, que abriu divergência em relação a cassação dos mandatos, por entender que não houve qualquer ação incoerente dos imputados na questão. “Não se admite condenação fundada em presunções ou ilações genéricas”, afirmou.

Na sequência, o ministro Floriano Marques acompanhou a maioria, fazendo com que o placar ficasse 3 a 1 para a inegibilidade de Castro. “Os números impressionam, sobretudo quando cotejados com exercícios anteriores. O aumento foi da ordem de 2.139%. O valor transferido perfaz uma ordem de trinta vezes o valor do teto de gastos para a campanha do governador do Rio de Janeiro. Seja pela ótica dos números absolutos, seja pela análise do crescimento ano a ano das verbas empregadas, seja pela proporção do limite de gastos de uma campanha de governador me parece evidenciado que a legitimidade e a normalidade do pleito foram maculados pelo emprego desproporcional de recursos financeiros em favor dos investigados”, disse o ministro.

Depois, a ministra Estela Aranha fez o placar ficar 4 a 1 para a tese da maioria. Em um voto

longo, mas muito explicativo e contundente, o ministro André Mendonça acompanhou a divergência imposta pelo ministro Nunes Marques. Presidente do tribunal, a ministra Carmen Lúcia, que criticou a saída de Castro do cargo de governador na véspera do julgamento, para evitar a cassação e uma eleição direta no estado do Rio de Janeiro, sacramentou o placar de 5 a 2 contra o político.

O deputado estadual Rodrigo Bacellar teve o mandato cassado e também ficou inelegível, mas por unanimidade, com voto desfavorável dos sete ministros do TSE.

O processo teve como mote principal a contratação de 27,6 mil funcionários temporários na Fundação Ceperj e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Elas custaram aos cofres públicos R\$ 519 milhões apenas no primeiro semestre de 2022. Segundo a denúncia do Ministério Público Eleitoral do Rio de Janeiro, esses contratados eram funcionários fantasmas e funcionavam como cabo-eleitorais.

Com o placar, Castro tentará reverter a inegibilidade no Supremo Tribunal Federal, já que pretende se candidatar a uma das duas vagas do estado do Rio de Janeiro ao Senado Federal, nas eleições de outubro.

Chamou a atenção, no meio, a celeridade da ministra Carmen Lúcia ao caso, principalmente neste ano, pois ele ficou “na gaveta” por quatro meses. A ministra, inclusive, marcou até sessão extraordinária para esta quarta-feira (25), para finalizar o processo.